

Muda governo, muda educação? Os desafios que persistem

Luiz Antônio Pereira¹

No dia 28 de outubro, encerraram-se as eleições de 2018. Os resultados nas urnas revelam o desejo de mudança na política. Porém, sabemos da pior forma possível que as promessas de campanha muitas vezes não se materializam de fato frente aos interesses pessoais e partidários dos eleitos.

O processo eleitoral de 2018 foi marcado por profundas mudanças, como o fim das doações empresárias e o peso das redes sociais nas campanhas. Segundo os dados da prestação parcial das campanhas apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos haviam recebido R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão dos cofres públicos. Ou seja, do nosso bolso! Em 2014, para efeito de comparação, foi declarado o recebimento de R\$ 1,4 bilhão. A maior parte “doados” por grandes empresas, totalizando R\$ 1,3 bilhão.

As redes sociais (WhatsApp, Facebook, Twitter e Instagram) ganharam protagonismo frente às campanhas na televisão e no rádio. É provável que o leitor tenha recebido diversas mensagens de apoio ou contrárias aos candidatos. Talvez não tenha pesquisado a veracidade das mesmas e até as tenha compartilhado. As notícias falsas (fake news) com o objetivo de denegrir a imagem de candidatos tornaram-se protagonistas.

Os debates, quando ocorreram, tornaram-se campos de batalha com acusações de ambos os lados ao invés de dedicarem o precioso tempo dos eleitores com a apresentação das propostas.

Nas páginas eletrônicas oficiais dos partidos e candidatos aos cargos executivos (presidente e governador), os candidatos disponibilizaram as propostas de governo. É verdade que, na maior parte das vezes, de forma superficial.

Na esfera federal, a “ideologia de gênero” e “escola sem partido” foram os assuntos mais debatidos. Como professor do curso de Pedagogia do UNIFESO e da rede pública (municipal e estadual), em mais de uma década em sala de aula, nunca me deparei com os materiais denominados de “kit gay”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no tema transversal Pluralidade Cultural, publicados em 1997, orientam e prezam pelo RESPEITO AO OUTRO, independentemente do local de nascimento e moradia, grupo étnico-racial a que pertence, crença religiosa, orientação sexual, entre outras diferenças, para a construção de uma CULTURA DE PAZ.

Quanto à “escola sem partido”, a denominação serve mais para confundir ou esconder seus reais objetivos e denegrir a imagem do patrono da educação brasileira, o saudoso educador Paulo Freire. A escola não pode ser partidária ou dogmática, seja de esquerda ou de direita. A educação deve possibilitar ao estudante a leitura e compreensão de mundo para a constituição e exercício da cidadania.

O ser humano é um “animal político”, como assinala Aristóteles no livro Política. As políticas públicas, programas e projetos educacionais são frutos de processos e decisões políticas. A seleção e organização dos currículos e as diretrizes para a produção de livros didáticos também.

¹ *Luiz Antônio Pereira, doutor em Geografia e professor do curso de Pedagogia do UNIFESO. E-mail: luizantoniorj@hotmail.com*

A mudança de governo não reduz ou elimina os problemas e desafios da educação no país. E não será apenas por meio de reformas e a elaboração de documentos oficiais que haverá mudanças concretas. Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2015, mais uma vez, constataram os péssimos resultados alcançados pelos estudantes brasileiros nas áreas de matemática, leitura e ciências.

Porém o PISA também revelou que o país apresenta uma educação e escola de excelente qualidade, que figura entre as melhores do mundo quando consideramos apenas a rede federal. Ou seja, a “solução” encontra-se no próprio país. Salários mais atrativos, planos de carreira que valorizam a qualificação dos professores, dedicação exclusiva e melhores condições de infraestrutura e trabalho possibilitam uma melhor aprendizagem, mas demandam maiores investimentos públicos.